



A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO EDUCACIONAL DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM AULAS DE MATEMÁTICA

Karina Sousa da Silva*
Elielson Ribeiro de Sales**
Márcia Pantoja Contente***

RESUMO:

A pesquisa de natureza qualitativa, apresenta como objetivo investigar a relação entre família e escola em relação ao processo de inclusão educacional do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas contribuições para o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. A investigação foi desenvolvida em uma escola da rede municipal de ensino do município de Belém-Pará, com dois participantes: um representante da família (mãe) e da escola (professor) de um estudante com TEA. A produção dos dados ocorreu por meio de uma entrevista semiestruturada realizada com os participantes. Os resultados evidenciam a ausência de diálogo entre família e escola em relação ao processo de ensino e aprendizagem do estudante com TEA, bem como a falta de compreensão acerca do Transtorno do Espectro Autista, o que pode dificultar o desenvolvimento do estudante com TEA e sua inclusão no espaço escolar. Considera-se fundamental uma a relação efetiva entre família e escola no contexto da educação básica em prol de uma educação inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Família e escola. Autismo. Inclusão escolar.

ABSTRACT:

This qualitative research aims to investigate the relationship between family and school in relation to the educational inclusion process of students with Autistic Spectrum Disorder (ASD) and their contributions to the academic and social development of these students. The research was conducted in a school of the municipal school system of the city of Belém-Pará, with two subjects: a representative of the family (mother) and the school (teacher) of a student with ASD. Data production occurred through a semi-structured interview with the participants. The results show the absence of dialogue between family and school regarding the teaching and learning process of the student with ASD, as well as the lack of understanding about Autistic Spectrum Disorder, which can hinder the development of the student with ASD and its inclusion in the school space. An effective relationship between family and school is considered fundamental in the context of basic education for an inclusive education.

KEYWORDS: Family and school. Autism. School inclusion.

* Graduada em Licenciatura Integrada em Educação em Ciências, Matemática e Linguagens pela Universidade Federal do Pará – UFPA. E-mail: kksousa223@gmail.com

** Professor Adjunto II da Universidade Federal do Pará (UFPA) do curso Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas (PPGECM). E-mail: esales@ufpa.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6242-582X>

*** Estudante do curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas na Universidade Federal do Pará - UFPA e Professora da Educação Básica na Secretária Municipal de Educação de Igarapé-Miri. E-mail: marciapantojacontente@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7698-8711>

Iniciando o diálogo

A sociedade, de uma maneira geral, sempre foi marcada pelas diferenças e pela busca constante de oportunidades para todos (PELLEGRINELLI, 2004). Neste sentido, a ideia de inclusão social é considerada como o ponto chave para uma sociedade mais justa e humana, sendo o caminho de diferenciação em relação ao processo de integração social. Nessa perspectiva, os diversos espaços sociais, inclusive as escolas, devem tornar-se inclusivos, abertos a todas as diferenças, para que sejam dadas condições de acesso e participação nos diversos processos que se estabelecem para todos os indivíduos.

Dentro desse contexto, a inclusão do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar é indubitavelmente um desafio. É um processo que demanda de uma parceria entre família e escola e outros profissionais. Para além de estar em uma sala de aula, é preciso que o estudante faça parte da turma, interaja com seus professores e colegas, compreenda as questões pedagógicas e se desenvolva de acordo com as suas particularidades e o seu ritmo de aprendizado. Para isso, é necessária uma mudança em toda a comunidade escolar para que não só o estudante tenha seus direitos garantidos, mas para que todos se conscientizem da importância da garantia desses direitos (MANTOAN, 2003).

A pesquisa torna-se relevante no sentido de ampliar discussões a respeito da importância de se estabelecer parceria entre família e escola, visando a qualidade da educação do estudante com TEA, pois de acordo com a Lei 13146/15, art. 27, parágrafo único, “é dever do estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (BRASIL, 2015).

O autismo é um transtorno que altera a capacidade de comunicação, socialização e comportamento do indivíduo. A pessoa com TEA tem dificuldades de expressar emoções. Estabelecem rituais no seu cotidiano, agindo de maneira repetitiva,

tanto na fala quanto nas atitudes. Não existe uma causa específica conhecida pelos médicos para o aparecimento do transtorno (SILVA; VIEIRA; OLIVEIRA, 2014). Mesmo com déficit de interação social a pessoa com TEA pode desenvolver-se tanto academicamente, tendo um aprendizado significativo em relação aos conteúdos acadêmicos, quanto socialmente estabelecendo laços e interagindo com outras pessoas além de seu contexto familiar.

A interação efetiva entre família e escola contribui de maneira positiva para real inclusão do estudante com TEA no ambiente educacional. Nesse sentido, a família traz contribuições relevantes acerca da rotina do estudante e a escola auxilia no ensino e aprendizagem, que deve ser inserida na rotina diária do estudante para que sejam alcançados melhores resultados (MATURANA; CIA, 2015).

Diante do exposto, delineamos a seguinte questão de pesquisa: de que forma a relação família e escola influencia/favorece o processo de inclusão educacional de estudantes com Transtorno do Espectro Autista? Dessa forma, objetivamos investigar a relação entre família e escola em relação ao processo de inclusão educacional do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas contribuições para o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes.

Entendemos que a aproximação da família no ambiente escolar pode favorecer o aprendizado e inclusão do estudante autista, ampliando discussões com o intuito de incentivar a parceria entre família e escola em prol de melhorar o desempenho acadêmico do estudante com TEA, assim como a própria relação entre família, escola e o estudante autista.

Caminhos trilhados

Quanto à natureza, esta investigação caracteriza-se com abordagem qualitativa (LUDCKE; ANDRÉ, 2015), na modalidade de estudo de caso (YIN, 2001). Conforme Yin (2001) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados, tendo como uma das fontes de informações mais importantes, as entrevistas, a qual adotamos nessa investigação.

Esta pesquisa, fruto de uma experiência vivenciada na graduação durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), foi desenvolvida com dois sujeitos: um representante da família (a mãe) e o outro da escola (o professor de matemática), em uma escola da rede municipal de ensino do município de Belém-Pará, que oferta a escolarização do 1º ao 9º ano, atendendo 549 (quinhentos e quarenta e nove) estudantes em dois turnos (matutino e vespertino).

A referida unidade escolar considerada de médio porte, apresenta como estrutura física, salas de aula, biblioteca, sala de recursos multifuncionais, sala dos professores, sala da direção, secretaria, copa, refeitório, quadra de esportes, espaço cultural e auditório. Justifica-se a escolha desses participantes em função da disponibilidade/interesse em participar da pesquisa, assim como a presença parental e tempo profissional com o estudante com TEA, matriculado no 7º ano do ensino fundamental.

Para a produção de dados realizamos observação em *lócus* no período de um mês durante em aulas de matemáticas com a intenção de conhecermos a relação que se estabelece entre o professor de matemática e o estudante com TEA no contexto da sala de aula. A observação ocorreu em uma turma do 7º ano do ensino fundamental, onde está inserido um estudante com 13 anos de idade, diagnosticado como autista não verbal. De acordo com os participantes, o estudante entende o que verbalizado, atende aos comandos, cumprimenta os colegas, e reconhece/localiza elementos relacionados ao cotidiano por meio de desenhos, bem como identifica a letra do seu nome.

Além da observação, lançamos mão de entrevista semiestruturada realizada com a mãe e o professor de matemática, buscando compreender o papel da família e da escola no processo de inclusão do estudante com TEA. Para preservar a identidade dos sujeitos pesquisados optamos pelo uso de nomes fictícios: Valter e Maura.

O material empírico obtido por meio de entrevista com os participantes, bem como observação foi analisado por meio da Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2007). Após uma intensa impregnação pelo material, utilizamos o método indutivo para a construção das seguintes categorias: A concepção dos entrevistados sobre o autismo; Reflexões sobre experiências vivenciadas no processo de inclusão e, O papel da família no contexto escolar.

Percepções dos entrevistados

Selecionamos alguns excertos e, a partir deles, tecemos considerações articulando com as questões evidenciadas pelos participantes, levando em conta o objetivo geral da pesquisa: investigar a relação entre família e escola em relação ao processo de inclusão educacional do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas contribuições para o desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes.

As manifestações dos participantes, emergidas a partir da leitura e releitura do material empírico, são repletas de reflexões sobre a relação entre família e escola no contexto da educação inclusiva. Nos fragmentos enunciados, os participantes remetem-se à reflexão a respeito do autismo, sobre as experiências vivenciadas no processo de inclusão e, a participação da família na escola. As múltiplas vivências apontadas pelos participantes apresentaremos a seguir.

A compreensão dos entrevistados sobre o autismo

A análise da fala de Valter, revelou que, em relação à concepção sobre o autismo, estar reformulando suas concepções a partir das experiências estabelecidas com o estudante no cotidiano escolar. Embora, tais concepções abordem as dificuldades do estudante, parte de aspectos positivos que envolvem as possibilidades e os resultados dos esforços dispensados com o trabalho de inclusão, muito embora tenha mencionado aspectos que remetem a práticas mais assistencialistas, como fica evidenciado:

O autismo é uma deficiência muito difícil de lidar. O aluno tem dificuldade de concentração, abstração e interação. Imagine nas aulas de matemática, isso torna-se mais complicado. Por esse motivo avança pouco na escola e na disciplina de matemática. Mas acho que pelo fato dele estar aqui na escola já é um grande avanço, pois antigamente não tinha essa oportunidade. Para que ele avance mais é preciso que ofereça um ensino que atenda às suas necessidades especiais, com oportunidade de socialização e participação nas atividades. A inclusão é isso (VALTER, 2019).

A inclusão escolar pode ser definida como um modelo de educação que deve possibilitar a todos os estudantes o direito e oportunidade a educação em um ambiente

com outros estudantes. A escola, enquanto espaço de socialização e aprendizado precisa se preparar para acolher a todos os estudantes, respeitando e valorizando as suas singularidades. Logo, deve ser eliminada qualquer forma de exclusão de quem é considerado diferente.

Laskoski (2017) alega que para acontecer a inclusão do estudante com TEA, o professor precisa elaborar estratégias pedagógicas que alcance esse estudante, e para além disso, estar disposto a buscar conhecimentos acerca da temática, que o auxilie na sua prática pedagógica. Cabe aos responsáveis pelo processo de inclusão a missão de fazer com que todos os estudantes se sintam parte da escola, e nesse processo há dificuldades enormes para todas as partes.

Valter ressalta a falta de apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas aulas de matemática. De acordo com o professor, não existe um trabalho colaborativo entre os profissionais da sala regular e do AEE, ele comenta que “são trabalhos desenvolvidos de forma isolada, sem diálogo entre sala de aula e o AEE. Acredito que isso, dificulta o desenvolvimento do estudante com TEA” (VALTER, 2019).

O professor reitera, que mesmo sem formação específica na área do autismo, buscou atuar na perspectiva inclusiva ao elaborar planejamento de ações para desenvolver com o estudante com TEA, o qual foi apresentado à direção da escola, todavia o documento foi recusado pela professora do Atendimento Educacional Especializado com a justificativa que as ações não contemplavam as especificidades do estudante. De acordo com o professor, a profissional do AEE se propôs a ajustar as ações compostas no documento, no entanto, até o momento da entrevista não havia recebido o *feedback*.

O professor declarou que em função da ausência de *feedback* da profissional do AEE, que na visão dele seria a mais capacitada na escola para trabalhar com os estudantes com TEA, dificultava a realização da adaptação das atividades de matemática para atender as particularidades do estudante com TEA, assim como a orientação adequada para a auxiliar que acompanha o estudante na sala durante suas aulas, porque não apresenta qualificação para atuar de forma inclusiva como fica claro na fala abaixo:

Eu admito que não passo atividades adaptadas a necessidade do estudante autista. Não sei o que fazer, muito menos orientar a auxiliar que o acompanha. Eu até tenho mestrado, mas como não é da área inclusiva, não me ajuda a trabalhar com o estudante com TEA. Acho que a falta de formação na área aliada a falta da estrutura da escola não me possibilitam fazer essas adaptações. Acho que na disciplina de matemática seria importante porque o estudante sente dificuldade com o conteúdo. Se tivesse o feedback da professora do AEE, acho que seria possível adaptar minhas aulas, porque ela tem formação nessa área (VALTER, 2019).

Ele ainda complementa suas reflexões afirmando que:

A interação com o estudante somente acontece quando ele chama, quando estabelece o contato, quando não consegue fazer as atividades. Porém é um contato superficial, porque não consigo fazer muito por ele. Até gostaria de fazer mais, mas é difícil pra mim. Entende até queria, mas não tenho apoio (VALTER, 2019).

Nas palavras do professor e por meio das observações que realizamos, fica evidente que a relação do professor com o estudante com TEA restringe-se somente aos momentos em que o estudante o chama em decorrência da auxiliar não conseguir ajudá-lo nas tarefas de matemática. O que significa dizer, que a relação estabelecida entre o professor de matemática e o estudante com TEA caracteriza-se pela formalidade e não pela cumplicidade.

Outro ponto que merece destaque na fala do professor refere-se a lotação das turmas, a falta de suporte físico e de recursos humanos, o que segundo ele influencia de forma negativa no processo de inclusão do estudante com TEA, como fica evidente no seu relato.

Pela estrutura que nós temos de 40 alunos de uma turma o atendimento especializado fica complicado quando não se tem nenhum suporte físico de material, de recursos humanos, fica praticamente impossível, fica só um paliativo, um faz de conta. Acho que se tivéssemos formação e estrutura física e humana com certeza poderíamos trabalhar com a proposta inclusiva (VALTER, 2019).

Sobre a inquietação do professor acerca da estrutura, a Declaração de Salamanca orienta que “as escolas devem acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (UNESCO, 1994. p.3). Tal documento preconiza de igual modo, que a inclusão escolar é direito garantido aos estudantes com deficiência e, que estes têm direito a serem matriculados em escola de ensino regular, seja ela pública ou

privada. Conclui, assegurando que é dever do Estado a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, bem como a qualificação de professores (UNESCO, 1994).

O professor de matemática manifesta que tem outros estudantes com TEA em suas salas de aula, “além do (P) tenho mais quatro alunos com autismo em outras turmas” (VALTER, 2019). Mesmo com vários estudantes com o transtorno em salas de aula, ele afirma que ainda não conseguiu fazer estudo teórico acerca do transtorno. Em relação a definição do Transtorno do Espectro Autista apresenta a seguinte percepção:

O que eu entendo é bem pouco, não tenho estudo técnico sobre isso apenas informações. O que mais se destaca na minha mente é que cada um apresenta um tipo de vivência do transtorno e que deve ser cuidado na sua individualidade. Por exemplo, alguns têm problemas sociais, outros têm problemas de ser agressivo e outros têm problemas que criam situações imaginárias (VALTER, 2019).

De certa forma, o entendimento do professor segue a definição mostrada no DSM 5, na qual considera que as “manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; daí o uso do termo espectro” (APA et al., 2014, p.53). A pessoa com TEA tem dificuldades em se comunicar e estabelecer contato social, sendo caracterizado pela presença de comportamentos repetitivos, interesses restritos e regressão de linguagem (APA et al., 2014). A hipersensibilidade ou hiposensibilidade a estímulos sensoriais são outras características do autismo. Algumas pessoas com TEA fazem movimentos estereotipados, como por exemplo ficar girando, pulando, batendo as mãos e andar nas pontas dos pés (VARELA; MACHADO, 2017).

O Transtorno do Espectro Autista, suas características e tratamentos vem sendo estudados por profissionais de várias áreas ao longo do tempo. Não se sabe ao certo o que causa e até o momento não tem cura. Sabe-se que existem sinais que caracterizam o sujeito com TEA e o transtorno é classificado em graus conforme a severidade.

A pessoa com o transtorno é considerada por lei uma pessoa com deficiência (BRASIL, 2012) e por isso é amparada pelas leis relacionadas à educação especial inclusiva nas escolas de ensino regular. Em relação às pessoas com Transtorno do Espectro Autista, a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação

Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2014) garantem-lhes educação e inclusão escolar. Segundo o Decreto nº 8.368/2014, art. 4º.

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.

A Constituição Federal (1988) em seu art. 205, afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família”. A Lei nº. 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 55 reforça os dispositivos legais da Constituição Federal ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (BRASIL, 1990).

Em relação a entrevista realizada com Maura, verificou-se que a concepção parental sobre espectro autista revelou que esta é influenciada pelas características de seu filho. Ao ser questionada sobre o que entende a respeito do transtorno, a mãe do estudante expõe suas inquietações sobre sua percepção do transtorno por meio da postura da sociedade diante dos comportamentos inadequados do seu filho. Ela diz, ser inconveniente os olhares de reprovação das pessoas quando seu filho tem algum comportamento característico do TEA, ao dizer:

Quem tem filho autista sabe o quanto que é difícil, o quanto que as pessoas são ruins, tu passas por situações horríveis. Na rua as pessoas olhando de um jeito diferente porque nem sempre a gente consegue controlar as situações relacionadas ao autismo (MAURA, 2019).

Barbosa e Pimenta (2018) alegam que as pessoas questionam e reprovam os comportamentos do autista, algumas vezes caracterizados como indisciplinado pela falta de conhecimentos a respeito do transtorno, o que pode afetar a família no aspecto psicoemocional, causando sensação de insegurança e ansiedade. No geral, as pessoas com TEA por apresentarem comportamento restrito e repetitivo têm dificuldades em mudanças de rotina.

Os sinais que caracterizam o TEA podem levar essas pessoas a desenvolverem uma comunicação comprometida com os pares, assim como grandes dificuldades para compreender os vários tipos de contextos, sejam emocionais ou sociais. Como

consequência disso, a pessoa pode se isolar socialmente por não atender as perspectivas do meio social, e com isso podem apresentar dificuldades nas relações escolares.

A mãe relata que o seu desconhecimento sobre o autismo, dificultou ainda mais o diagnóstico do filho. Em seu relato ela aponta que:

Demorou o diagnóstico porque eu não conhecia o autismo, nunca tinha ouvido falar, as pessoas diziam para ter paciência que meu filho era normal que ia falar no tempo dele, e isso me fez esperar, até que um dia, chegou o momento que eu disse: não! isso não é normal aí a gente começa a aceitar que é diferente, porque ele não brincava ele só gostava de empilhar objetos ou então ele isolava-se no canto, sabe coisas assim que não é normal aí eu procurei ajuda. Nós não somos do Piauí, mas eu vim descobrir o autismo aqui. A doutora disse, olha mãezinha o seu filho é autista! na hora eu não achei tão difícil porque eu não entendia o que era o autismo (MAURA, 2019).

A fala da mãe demonstra a realidade vivida por muitas famílias que por desconhecimento do Transtorno do Espectro Autista demoram para procurar ajuda de especialistas para o desenvolvimento do diagnóstico. Essa demora muitas vezes implica em atraso no desenvolvimento do estudante e dificuldade de socialização com outras pessoas. Quanto mais cedo o diagnóstico, maiores são as possibilidades de aprendizagem e convivência no meio social.

A mãe afirma que apesar da demora no diagnóstico, faz tudo o que pode para ajudar o filho a se desenvolver “onde dá pra colocar o meu filho para ajudá-lo, eu coloco, então ele faz tratamento ele faz terapia” (MAURA, 2019). Porém, ela confessa que por conta dessa obsessão em ajudar o filho já foi questionada por algumas pessoas, principalmente na escola de excesso de proteção.

Por fim, a mãe conclui suas reflexões dizendo que após o conhecimento do diagnóstico do filho partiu para a luta. Recuperar o tempo perdido, dando todas as possibilidades a ele para viver dignamente em sociedade, o que não é fácil pelo olhar preconceituoso da sociedade, mas ela afirma que não desiste, que ainda precisa aprender muito sobre o autismo e assim quem sabe não poderá fazer mais pelo seu filho.

Reflexões sobre as experiências vivenciadas no processo de inclusão

Sobre a inclusão, o professor não foi muito claro em sua resposta, mas enfatizou que falta estrutura adequada e profissionais qualificados para receber os estudantes com deficiência:

O que eu acho da inclusão escolar é que, pensando pelo lado da Secretaria de Educação e da escola, não ter infraestrutura para receber determinadas situações de atendimento especializado, o prédio não é apropriado, não tem recursos humanos para atendê-los e acaba sendo a responsabilidade única e exclusivamente dos professores de sala de aula (VALTER, 2019).

De acordo com documentos legais, toda pessoa tem direito a educação, e que as escolas devem estar preparadas para recebe-los e atendê-los, independentemente de suas diferenças e dificuldades individuais (UNESCO, 1994). Segundo Papim e Sanches (2013) além da escola, o educador também deve acompanhar os avanços relacionados a política inclusiva, visto que o mesmo é o principal responsável pela prática pedagógica inclusiva. No que refere-se as experiências vivenciadas pelo professor na inclusão de estudante com TEA em aulas de matemática, destaca-se a fala:

A minha experiência com autismo é frustrante, mas não no sentido de ser ruim ou alguma coisa do tipo. É que as medidas que eu tomo são paliativas que não alcançam uma efetiva aprendizagem em relação ao conteúdo de matemática. É algo que é o mínimo do mínimo que eu faço e não é em todas as aulas né! Por causa da falta de formação estrutura e capacitação que não nos foi dado e lotação da turma (VALTER, 2019).

A visão de Valter sobre inclusão está voltada somente para a aprendizagem de conteúdos de matemática, como se a apreensão desses elementos teóricos específicos fossem suficientes para a promoção da inclusão do estudante com TEA. Camargo e Bosa (2012) destacam o direito a aprendizagem aos estudantes com TEA garantida por lei, contudo, ressaltam a convivência com indivíduos da mesma faixa etária contribui para o desenvolvimento das habilidades do autista, assim como possibilitam o estímulo a suas capacidades interativas, minimizando as limitações relacionadas ao isolamento social. As habilidades sociais podem ser adquiridas por meio das trocas de saberes no convívio em sociedade.

Para a família do estudante com TEA “a inclusão deve acontecer tanto na área pedagógica com ensino adaptado para atender as necessidades dos estudantes, como na dimensão social” (MAURA, 2019). Omote (2008) afirma que a inclusão na educação “exige uma grande revisão nas práticas pedagógicas” (p.24), o que na visão da família não está acontecendo, como podemos constatar na fala de Maura.

Ele tem uma auxiliar que o Ministério Público colocou e disseram que ia fazer capacitação com os professores para melhor atendê-lo [...]. Nunca houve essa capacitação e os professores não fazem nada com ele, só quem faz as coisas com ele é ela a auxiliar (MAURA, 2019).

Serra (2010), chama a atenção sobre a importância da formação dos professores que devem atuar com os autistas. A demanda da inclusão chega às escolas antes da preparação dos professores e a solução dessa problemática está na capacitação dos profissionais em serviço por meio de formação continuada. A prática pedagógica apropriada é indispensável para a evolução do estudante com deficiência, principalmente o estudante com TEA.

A mãe ainda expressa o incômodo em relação ao olhar que as outras pessoas que não compreendem o autismo lançam sobre o seu filho, um olhar preconceituoso, indiferente, que o isola da sociedade. Maura ressalta, a importância de desenvolver no estudante com TEA a independência e autonomia para viver em sociedade. A mãe enfatiza:

É algo muito difícil ver que o mundo não está preparado para eles. Na rua as pessoas ficam olhando de um jeito diferente porque nem sempre a gente consegue controlar as situações relacionadas ao autismo. Aqui tem uma coleguinha que ele gostava muito e que hoje eu vejo que ela se esconde dele. Eu queria que a escola trabalhasse isso, a independência e autonomia, porque eu não quero uma babá. Não quero que ninguém bajulando meu filho, eu quero que ele se entenda e se sinta capaz de fazer as coisas que os outros fazem. É importante que os professores tenham formação para lidar com meu filho. É importante que haja outros profissionais na escola, como psicólogo, fonoaudiólogo para ajudar meu filho. Só assim, será possível alcançar a inclusão (MAURA, 2019).

Maura finaliza suas reflexões, manifestando sua preocupação acerca do tratamento da sociedade em relação as pessoas com TEA. Ela ressalta a falta de preparação da sociedade para conviver as pessoas autistas, bem como a necessidade de formação qualitativa dos profissionais para atuarem junto a seu filho, a importância de outros de profissionais com outras formações, como psicólogo e fonoaudiólogo na escola, auxiliando no desenvolvimento integral do filho, promovendo de fato a tão sonhada inclusão.

O papel da família no contexto escolar

Compreende-se que é no ambiente familiar que acontece o início da vida em sociedade do indivíduo, e por isso a família é considerada a primeira instituição social, pois é a principal responsável pelas ações desse membro e será a principal transmissora de valores éticos, culturais e morais que mediará o comportamento em sociedade (TANAKA, 2010). De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (1999), “a função social atribuída à família é transmitir os valores que constituem a cultura, as ideias dominantes em determinado momento histórico, isto é, educar as novas gerações segundo padrões dominantes e hegemônicos de valores e de condutas” (p.249). Ao ser inserido no contexto escolar, a vivência da família em parceria com as práticas do professor pode contribuir positivamente na inclusão socioeducacional do estudante com TEA.

Algumas famílias de pessoas com TEA costumam fazer buscas contínuas de informações sobre as limitações que o autismo causa e as possibilidades de vencer essas dificuldades, causadas por esse transtorno. Com isso, se tornam aptos a contribuir por meio de saberes adquiridos pelas investigações, bem como pela convivência com pessoas com TEA, com os saberes dos professores na busca pela inclusão e aprendizado do estudante.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994, p.2), referente ao papel da família no processo de inclusão é necessário que:

(...) ao mesmo tempo em que escolas inclusivas provêm um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários (p. 05).

A respeito da participação da família na escola, o professor Valter considera importante essa parceria, mas nunca conversou com a mãe do estudante. Segundo o professor algumas vezes solicitou reunião com a família, mas nunca foi atendido, como podemos observar em sua narrativa “a escola não se preocupa em trazer o responsável para conversar conosco, inclusive já solicitei e até hoje não foi providenciado nem pela coordenação e nem pela direção”. Conforme a Declaração de Salamanca, para que a inclusão aconteça faz-se necessário que:

Encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais (UNESCO, 1994, p.2).

A Declaração mostra a necessidade da parceria entre família e escola para que ocorra o processo de inclusão. A ausência dessa parceria compromete o envolvimento que é necessário para a troca de informações e contribuições entre família e professor em busca da inclusão e aprendizagem do estudante com TEA.

Observamos que a mãe é presente na vida do filho, vai em busca dos direitos dele. Ela mantém contato com a equipe pedagógica, mostrando suas inquietações acerca do processo de inclusão socioeducacional e cobra possíveis soluções, porém, pouco dialoga com o professor regente. A expectativa dela é que aconteça a capacitação dos professores e a conscientização dos colegas da escola acerca das dificuldades da pessoa com TEA.

O que ela espera da escola “é um acolhimento melhor da escola como dos colegas”. Sant’ana (2016), afirma que estudante com TEA tem direito a educação sendo necessário que os órgãos responsáveis se organizem para a capacitação dos profissionais e também tornar adequadas as suas estruturas físicas e pedagógicas, para se promover a inclusão escolar dos estudantes com TEA de modo eficaz.

Oliveira (2015) afirma que a comunicação fluente e constante entre família e escola favorece a construção das estratégias didáticas de ensino, tendo como base a subjetividade e os interesses do estudante, resultando em um aprendizado mais efetivo. Por isso, é relevante estimular a aproximação entre escola e família, levando em consideração que um estimula o progresso do outro e, por isso, necessitam caminhar juntos, de modo a contribuir com o desenvolvimento da aprendizagem.

Sobre as teorias relacionadas a relação família e escola, a Tipologia de Envolvimento Parental de Joyce Epstein inclui cinco tipos de envolvimento entre essa relação, expresso no quadro 1:

Quadro 1: Tipos de envolvimento de pais.

Tipo 1	As obrigações básicas dos pais se referem às responsabilidades da família pela saúde, segurança e bem-estar da criança; à atenção às necessidades das crianças no seu processo de desenvolvimento e para
---------------	---

	o seu ingresso na escola; à criação de condições propícias para a aprendizagem escolar em casa; supervisão, disciplina e orientação.
Tipo 2	As obrigações básicas da escola se referem às responsabilidades da escola em enviar informações para os pais (ou responsável) sobre as regras e normas da escola, o seu funcionamento, os programas e métodos de ensino, o progresso das crianças e outras informações que sejam relevantes. As informações, mensagens, convites, boletins, e regras variam de escola para escola e em forma e frequência.
Tipo 3	Envolvimento dos pais na escola se refere ao voluntarismo dos pais em ajudar os professores, orientadores e supervisores pedagógicos com o também os administradores da escola, quer seja na escola em geral, quer seja na sala de aula, reuniões, eventos sociais, excursões ou outros com o matérias extracurriculares (arte e música) etc.
Tipo 4	Envolvimento dos pais em atividades feitas em casa que auxiliam a aprendizagem e rendimento escolar se refere à ajuda que os pais dão às crianças em casa, seja ela iniciativa dos pais ou dos professores (ou até mesmo das crianças) em atividades relacionadas com as atividades escolares, com o deveres de casa, pesquisa, visitas a lugares culturais, etc.
Tipo 5	Envolvimento dos pais no governo da escola refere-se à inclusão dos pais no que diz respeito à tomada de decisões em geral, Associação de Pais, Colegiado, Conselho Administrativo; e ainda na intervenção junto às Secretarias e Ministérios. Este tipo também inclui movimentos da comunidade que afetam o trabalho da escola e das crianças.

Fonte: Brandt, 1989.

Assim, a pessoa com TEA ao ser inserido no ambiente escolar precisa da aproximação e parceria entre família e escola para que juntos possam elaborar estratégias com a intenção de promover a aprendizagem e interação social. Segundo Oliveira (2015) sem a interação família e escola “não serão alcançados ao nível e a qualidade de envolvimento necessário para assegurar ganhos educacionais possíveis para ‘todos’ os alunos” (p. 24). Em síntese, o envolvimento dos pais e professores/escola como parceiros frente à educação do estudante com TEA é fundamental para garantir a adaptação e aprendizagem desses estudantes.

De fato, o sucesso na relação entre família e escola é determinante para a inclusão escolar. Na realidade escolar o envolvimento e desempenho acadêmico do estudante, são atribuídas, em parte, à participação e/ou ausência da família na escola e nas atividades escolares dos estudantes.

Algumas considerações

A partir da pesquisa realizada é possível inferir a necessidade e a relevância da participação da família na vida escolar de estudantes com TEA, pois a família possui um papel de fundamental no processo de inclusão de seus membros.

A relação família e escola contribui no processo de inclusão socioeducacional, pois garante a construção da cidadania e o desenvolvimento da identidade do estudante. As duas instituições devem estar conscientes de suas contribuições, devendo assumir ativamente seus papéis para que o estudante possa ter seus direitos atendidos e garantidos conforme os documentos legais. É necessário que a família e a escola estejam em sintonia para possibilitar a construção de uma parceria em prol do desenvolvimento do estudante com TEA, bem como a escola precisa dispor de recursos e estratégias que favoreçam a inclusão do estudante com TEA.

Considerando o contexto atual da escola, onde a pesquisa foi realizada, o cenário é bastante desafiador, as salas de aula são lotadas, há pouca valorização da atuação dos profissionais da educação, pouco diálogo acerca da inclusão e enormes lacunas na formação de professores para a educação inclusiva.

Além disso, por meio das observações ficaram evidentes que acontecem com frequência transferências de responsabilidades relacionados a educação inclusiva na escola, onde quem não cumpre seu papel tende a destinar a responsabilidade de suas falhas para terceiros ou para a política pública. A inclusão caminha em passos lentos, contudo existem pesquisas relacionadas a relatos de metodologias na educação matemática utilizados com estudantes com TEA que podem ser experimentados.

Em suma, o trabalho de conscientização é relevante para que a inclusão ocorra de forma efetiva conforme posto em leis, visto que os resultados positivos no ensino de estudantes com TEA serão concretizados quando cada participante do processo de inclusão (escola, família, governo e sociedade) compreender que é necessário a participação e contribuição de todos.

Referências

- ALVES, A. L. **Autismo e educação**. Curso de Pedagogia Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- BARBOSA, João Paulo da Silva; PIMENTA, Herbene Fernandes. **O autismo no ambiente familiar e a interação família-escola: um estudo de caso**. In: Anais do III CINTEDI. Campina Grande, 2018.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. (1999). Família... O que está acontecendo com ela? In: BOCK, A. M. B; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13ªed, São Paulo: Saraiva, 1999.
- BRANDT, Ron. **On Parents and Schools: A Conversation with Joyce Epstein**. Educational Leadership, 1989.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989.
- BRASIL. Constituição (1988). Seção que pactua a educação como direito de todos. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2019.
- BRASIL. Decreto n. 8.368, de 2 de dez. de 2014. **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. Lei n 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 20 out. 2018.
- BRASIL. Lei n 7.853, de 24 de outubro de 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1989. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm >. Acesso em: 16 abr. 2019.
- BRASIL. Lei n 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- CAMARGO, Siglia Hoher; BOSA, Cleonice Alves. **Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo**. Porto alegre: Psicologia: teoria e pesquisa, 2012.
- COSTA, S. M. S.; BARROS, C. B. M.; DANTAS, E. S.; SILVA, J. C. B.; COUTINHO, D. J. G. **Os desafios do professor diante do aluno autista no processo da aprendizagem escolar**. Pernambuco: V Congresso Nacional de Educação (CONEDU), 2018.
- LASKOSKI, Tatiane de Oliveira; SILVA, Flavia Vieira; SOUSA, Claudia de Oliveira de. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão**. Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta, 2017.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U., 2015.
- MANTOAN, M. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MATURANA, Ana Paula Pacheco Moraes; CIA, Fabiana. **Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações**. São Carlos, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572015000200349&lng=pt&tlng=p>. Acesso em: 16 abr. 2019.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.
- OLIVEIRA, Andréia Cosme de. **O papel da família no processo de inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista**. Brasília, 2016.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). **Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – 10ª Revisão (CID-10)**. OMS; 2008. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/cid10.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2019.
- OMOTE, S. Diversidade, educação e sociedade inclusiva. In: OLIVEIRA A. A. S; OMOTE S; &, GIROTO, C. R. M. (Orgs.). **Inclusão Escolar: as contribuições da educação especial**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, Marília: Fundepe Editora, 2008.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; SANCHES, Kelly Gil. **Autismo e inclusão**: levantamento das dificuldades encontradas pelo professor do Atendimento Educacional Especializado em sua prática com crianças com Autismo. São Paulo: Lins, 2013.

PELLEGRINELLI, Maria. **Exercício do Respeito**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

SANT'ANA, Wallace Pereira; DA SILVA SANTOS, Cristiane. **A Lei Berenice Piana e o Direito à Educação dos Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista no Brasil**. Goiás: Revista Temporis [ação] (ISSN 2317-5516), 2016.

SERRA, Dayse. **Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular**. Quando o campo é quem escolhe a teoria. Fortaleza. Revista de Psicologia, 2010.

SILVA, Talita Oliveira da; VIEIRA, Camila da Costa; OLIVEIRA, Larice da Silva. **Autismo – Família - Escola: uma relação que inclui**. São José. Editora Realize: Revista Setepe, 2014.

TANAKA, L. M. **Contos de fadas frente à Inclusão Escolar: A construção da imagem simbólica coletiva**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VARELA, Beatriz; MACHADO, Pedro Guilherme Basso. **Uma breve introdução sobre autismo**. Curitiba. Educação e Humanidades, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.